



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Informação n.º 08/2013/SLC

Curitiba, 07 de março de 2013.

Assunto: Impugnação aos termos do edital do Pregão 21/2013

Senhora Ordenadora da Despesa,

1. Cuida-se, nesta oportunidade, da análise aos argumentos da impugnação apresentada pela empresa P E B PROJETOS E SERVIÇOS EM CLIMATIZAÇÃO LTDA aos termos do edital do Pregão Eletrônico n.º 21/2013, processo administrativo que trata da contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos complementares de climatização dos prédios do TRT da 9ª Região localizados em Curitiba/PR.

2. A empresa alega que o objeto da licitação não se inclui nas atribuições profissionais dos arquitetos e das empresas de arquitetura. O edital, por sua vez, permite a participação destes profissionais, cujas atividades são regulamentadas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ao incluí-los nas disposições do item 9.3.4 – Qualificação Técnica.

3. A empresa, com isso, demanda o cancelamento e a alteração do edital, a fim de excluir tais profissionais da participação. Também questiona se uma empresa de arquitetura poderia participar do certame e terceirizar a atividade técnica, que segundo a licitante seria exclusiva de outra categoria.

4. Todavia, ressaltamos que as atribuições exigidas pelo objeto do edital, incluindo a elaboração de projetos de climatização e de instalações elétricas prediais de baixa tensão, incluem-se no rol listado no Art. 3º da Resolução nº 21 de 05 de abril de 2012 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, que dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista.

5. Consultada a Secretaria de Engenharia e Arquitetura do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, esta se manifestou no mesmo sentido.

6. Quanto à possibilidade de terceirização do objeto, reproduzimos abaixo o inciso X do item 8.1 do Anexo I – Termo de Referência – do edital, que dispõe sobre os deveres da empresa contratada:

“8.1 Competirá à CONTRATADA, além da elaboração dos projetos nos termos e condições previstos neste instrumento:

(...)

X - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação sem a expressa anuência do CONTRATANTE.”

7. Ante o exposto, entendemos que NÃO há motivos para alteração no instrumento convocatório, motivos pelos quais julgamos **improcedente** a presente impugnação, optando-se pela manutenção dos termos do edital do Pregão 21/2013.

Daniel Souza
Pregoeiro

1. Acolho, na íntegra, os argumentos expostos pelo Pregoeiro para manter os termos do edital do Pregão 21/2013.
2. Dê-se ciência às empresas interessadas.

PATRÍCIA AIMÉE BRUEL ANTONIO
Ordenadora da Despesa